

2024

RELATÓRIO ANUAL

Centro de Estudos e Aperfeiçoamento
Funcional – CEAF

SIGLAS E ABREVIATURAS

ANCP – Acordo de Não Persecução Cível
CAOCRIM – Centro de Apoio Operacional das Promotorias Criminais
CAODJI – Centro de Apoio Operacional de Defesa da infância e Juventude
CAOCRIM – Centro de Apoio às Promotorias de Justiça Criminais
CDEMP – Colégio de Diretores de Escolas e Centros de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional dos Ministérios Públicos do Brasil
CEAF – Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional
CGU – Controladoria-Geral da União
CNMP – Conselho Nacional do Ministério Público
EJUD – Escola Judiciária
ESA – Escola Superior da Advocacia
ETURB – Empresa Teresinense de Desenvolvimento Urbano
GACEP – Grupo de Atuação Especial de Controle Externo da Atividade Policial
GAECO – Grupo de Atuação Especial no Combate ao Crime Organizado
GERCOG – Grupo de Atuação Especial de Regularização Fundiária e de Combate à Grilagem
GSI – Gabinete de Segurança Institucional
LGPD – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais
MPBA – Ministério Público da Bahia
MPES – Ministério Público do Estado do Espírito Santo
MPPI – Ministério Público do Estado do Piauí

MPPR – Ministério Público do Paraná
MPRJ – Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro
MPPR – Ministério Público de Roraima
MPSP – Ministério Público de São Paulo
NAVI – Núcleo de Atendimento às Vítimas
NUPAR – Núcleo de Práticas Autocompositivas e Restaurativas
NUPEVID – Núcleo das Promotorias de Justiça de Defesa da Mulher Vítima de Violência Doméstica e Familiar
OAB – Ordem dos Advogados do Brasil
ONU – Organização das Nações Unidas
PCPI – Polícia Civil do Piauí
PGJ – Procurador Geral de Justiça
SQVT – Comitê de Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho
TCU – Tribunal de Contas da União
TJPI – Tribunal de Justiça do Piauí
TRT – Tribunal Regional do Trabalho
UFPB – Universidade Federal da Paraíba
UESPI – Universidade Estadual do Piauí
UNIFOR – Universidade de Fortaleza
USP – Universidade de São Paulo



SUMÁRIO

➤ ATRIBUIÇÕES DO CEAF	4
➤ EQUIPE	5
➤ ESTRUTUTURA FÍSICA	6
➤ REUNIÕES DO CDEMP	7
➤ EVENTOS	10
➤ REVISTA ELETRÔNICA DO MPPI	39
➤ DADOS ESTATÍSTICOS	41
➤ VISITAS TÉCNICAS	42
➤ PROCESSOS SELETIVOS	45
➤ BIBLIOTECA	46
➤ CONVÊNIOS E ACORDOS	48

ATRIBUIÇÕES DO CEAF

O Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF) desempenha um papel fundamental no desenvolvimento institucional do Ministério Público do Estado do Piauí (MPPI). De acordo com o Ato PGJ Nº 1378/2024, em seu Art. 2º, as atribuições do CEAF estão direcionadas para a promoção da formação contínua e especializada de membros e servidores, além do apoio educacional à sociedade em geral, com foco nas funções ministeriais.

Entre as principais atribuições do CEAF, destaca-se a criação de cursos de aperfeiçoamento e especialização para os membros e servidores do MPPI, bem como cursos preparatórios para candidatos ao ingresso na instituição. O Centro também é responsável por fomentar e promover ações educacionais relacionadas a temas essenciais às funções do Ministério Público, impactando diretamente no aprimoramento do trabalho institucional.

A instituição de atividades culturais e educacionais, como cursos, oficinas, ciclos de estudo, simpósios e congressos, também é uma das principais funções do CEAF. Essas atividades são abertas aos integrantes da instituição e à sociedade em geral, ampliando a disseminação do conhecimento e a integração com outras áreas do Direito e ciências correlatas. Além disso, o CEAF é responsável por apoiar projetos de ensino e pesquisa que contribuem para o aprimoramento constante da atuação dos profissionais do MPPI.

O CEAF também tem um papel crucial no apoio à capacitação de novos membros e servidores, com destaque para a organização de cursos de adaptação para promotores de justiça substitutos, e a capacitação dos estagiários e servidores em todas as etapas de sua formação. Essas iniciativas garantem que os profissionais do MPPI estejam sempre preparados para enfrentar os desafios do exercício da função ministerial.

Outras atribuições relevantes incluem a administração da biblioteca institucional, a promoção de intercâmbios culturais e científicos com instituições nacionais e internacionais, e a valorização da instituição por meio de ações que busquem garantir o reconhecimento do MPPI como um órgão essencial à função jurisdicional do Estado. Dessa forma, o CEAF tem se consolidado como um órgão de vital importância para o MPPI, contribuindo diretamente para a qualificação de seus membros e servidores, e para o fortalecimento da Instituição perante a sociedade.

O Ato PGJ Nº 1378/2024, em seu art. 2º, dispõe sobre as atribuições do CEAF - Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional no âmbito do MPPI

Art. 2º. São atribuições do CEAF:

I – instituir:

a) cursos para aperfeiçoamento e especialização de membros e servidores do Ministério Público;

b) cursos preparatórios para os candidatos ao ingresso nos quadros institucionais e auxiliares do Ministério Público;

II – indicar os professores regulares e eventuais para os cursos e atividades do órgão, ouvindo o Procurador-Geral de Justiça;

III – estimular e realizar atividades culturais ligadas ao campo do Direito e ciências correlatas relacionadas às funções afetas à Instituição;

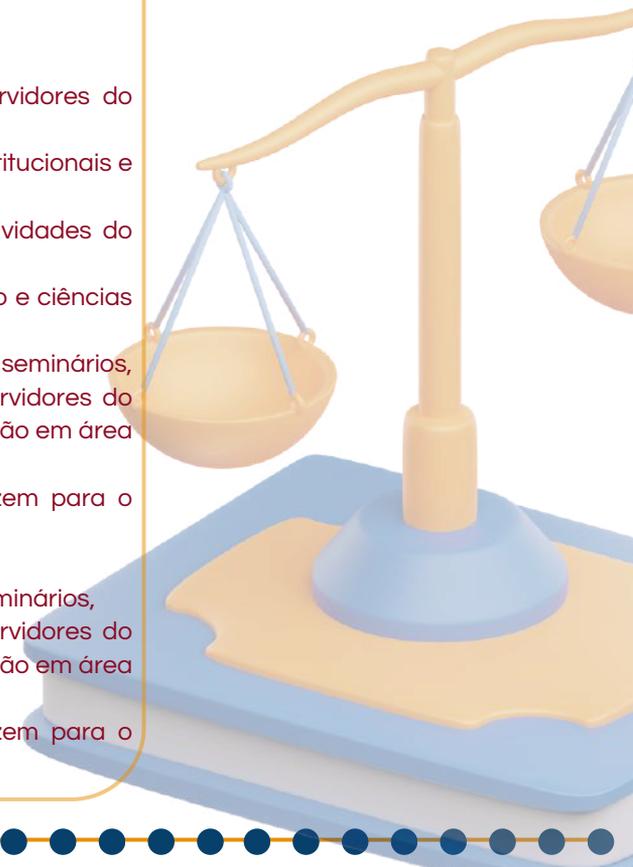
IV - promover cursos, oficinas, ciclos de estudos, reuniões, simpósios, seminários, congressos, e outros eventos abertos à frequência de membros e servidores do Ministério Público, e excepcionalmente, a outros profissionais com atuação em área vinculada às funções institucionais do Ministério Público;

V – apoiar projetos e atividades de ensino e pesquisa que se realizem para o aprimoramento dos membros e servidores do Ministério Público;

VI - editar publicações de assuntos jurídicos e de interesse da Instituição;

IV – Promover cursos, oficinas, ciclos de estudos, reuniões, simpósios, seminários, congressos, e outros eventos abertos à frequência de membros e servidores do Ministério Público, e excepcionalmente, a outros profissionais com atuação em área vinculada às funções institucionais do Ministério Público;

V – Apoiar projetos e atividades de ensino e pesquisa que se realizem para o aprimoramento dos membros e servidores do Ministério Público;



EQUIPE

DIRETORIA



**Teresinha de Jesus
M. Borges Campos**

Diretora



**Luana Azerêdo
Alves**

Assessora
Pedagógica e
Administrativa

SECRETARIA



**Izaura Veloso da
Silva Neta**

Assessora
Ministerial



**Viviane Maria de P.
Rios Magalhães**

Assessora
Jurídica



**Luzia Kelly Soares
Brandão**

Estagiária



**Maria José Oliveira
Sousa**

Estagiária

BIBLIOTECA



**Maria do Perpetua
S. Rubim Broxado**

Técnica
Ministerial

RECEPÇÃO



**Ana Maria Alencar
de Souza**

Recepcionista

ESTRUTURA FÍSICA

O Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional CEAFF/MPPI está localizado na sede Leste do órgão, em uma infraestrutura especialmente concebida para atender às demandas de capacitação e desenvolvimento dos integrantes da instituição.

O espaço físico do CEAFF conta com uma recepção acolhedora, projetada para receber os usuários com conforto e funcionalidade. Dispõe de três salas de aula, sendo uma delas equipada com computadores de última geração, permitindo a realização de cursos voltados para áreas tecnológicas, como Power BI e outras ferramentas de inovação, essenciais para a modernização dos processos internos do MPPI. Além disso, o CEAFF abriga uma secretaria organizada, a diretoria geral, uma copa funcional e uma biblioteca rica em recursos para consulta e estudo.

Essa estrutura proporciona um ambiente adequado e motivador para o aprendizado, fomentando a formação contínua e qualificada dos membros, servidores e estagiários do Ministério Público do Piauí. O espaço não apenas abriga, mas potencializa as ações de capacitação, alinhando-se ao compromisso do órgão com a excelência e a inovação no serviço público.

Através de suas instalações o CEAFF consolida seu papel estratégico como centro de excelência, promovendo o aprimoramento técnico e intelectual dos integrantes do MPPI, reafirmando, assim, sua relevância no fortalecimento da instituição e no cumprimento de sua missão constitucional.



REUNIÕES DO CDEMP

- 1ª Reunião Ordinária do CDEMP - Vitória/ES



Fonte: Arquivo Pessoal

O Ministério Público do Estado do Espírito Santo (MPES) sediou, em 29 de fevereiro e 1º de março de 2024, a 1ª Reunião Ordinária do Colégio de Diretores de Escolas e Centros de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional dos Ministérios Públicos do Brasil (CDEMP). Durante o evento, ocorreu a cerimônia de posse do novo presidente do CDEMP, Hermes Zaneti Junior, e dos membros eleitos para a gestão deste ano. A reunião foi realizada no auditório da Procuradoria-Geral da Justiça, em Vitória.

- 3ª Reunião Ordinária do CDEMP - Rio de Janeiro/RJ



Fonte: Arquivo Pessoal

Realizada nos dias 28, 29 e 30 de agosto de 2024, no Rio de Janeiro/RJ, a reunião do CDEMP foi conduzida pelos presidentes Dr. Hermes Zaneti, Dr. Leandro Navega, Dr. Alexandre Joppert e Dr. Sávio Bittencourt. Durante o encontro, foi aprovada a "Ata da 2ª Reunião Ordinária de 2024" e entregues as Placas de Medalha do Mérito Cultural às Dras. Samia Bonavides e Monique Teixeira Vaz.

Os novos membros Dr. José Ribamar Sanches Prazeres e Dr. João Geraldo Carneiro Barbosa foram apresentados. Também foram discutidos temas como o planejamento da Jornada Institucional MPRJ 2024, cursos de capacitação e a criação de plataformas e comissões para aprimorar as ações do CDEMP.

• 2ª Reunião Extraordinária do CDEMP – Gramado/RS



Fonte: Arquivo Pessoal

Desafios da modernidade: sustentabilidade e criminalidade” foi o tema da 2ª Reunião Extraordinária do Colégio de Diretores de Escolas e Centros de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional dos Ministérios Públicos do Brasil (CDEMP). O encontro aconteceu em 12 de setembro, em Gramado, durante o XVI Congresso Estadual do Ministério Público do Rio Grande do Sul, promovido pela AMPRS.

• 4ª Reunião Ordinária do CDEMP – Teresina/PI

Nos dias 31.10 e 1.11.2024, o Ministério Público do Estado do Piauí (MPPI), recebe a 4ª reunião do Colégio de Diretores de Escolas e Centros de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional dos Ministérios Públicos do Brasil (CDEMP). A abertura da reunião ocorreu, na manhã do dia 31.10, com o Colóquio “O Ministério Público ao longo dos 36 anos da Constituição Federal: Desafios e Perspectivas”.



Fonte: Site MPPI

Firmamento de parcerias com institutos de capacitação, a formação de membros do MP para os desafios ambientais, as comemorações dos 10 anos do Código Civil Brasileiro, a apresentação do primeiro curso de formadores do Ministério Público, foram alguns dos assuntos debatidos.



Fonte: Site MPPI

• 5ª Reunião Ordinária do CDEMP - João Pessoa/PB

A 5ª Reunião Ordinária do Colégio de Diretores de Escolas e Centros de Estudos (CDEMP) ocorreu durante o 7º Congresso do Ministério Público da Região Nordeste, realizado entre 04 e 06 de dezembro de 2024, no Centro de Convenções de João Pessoa, Paraíba. O CDEMP é uma associação vinculada à Escola Nacional do Ministério Público (ENAMP) e visa promover o intercâmbio científico entre os Ministérios Públicos de todo o Brasil. O evento contou com a presença do promotor de Justiça Hermes Zaneti Júnior, presidente da CDEMP, e representantes dos Ministérios Públicos de diversas regiões.

Na reunião, foram abordados diversos temas, como a aprovação da ata da 4ª Reunião Ordinária de 2024, a prestação de contas, a eleição da nova diretoria, a definição do valor da contribuição anual para 2025 e o calendário de atividades para o próximo ano. Também foi assinada a Carta Cultura da Paz, e houve a apresentação do programa/convênio com a Universidade de Syracuse, pelo professor Antônio Gidi. Além desses pontos, outros assuntos de interesse das instituições foram discutidos.



Fonte: Arquivo Pessoal

EVENTOS

Capacitação sobre regularização fundiária urbana para as regionais de Corrente e São Raimundo Nonato

O Ministério Público do Piauí (MPPI), por meio do Gercog, em parceria com o CEAF e a Eturb, promoveu, em 16 de janeiro, uma capacitação do Projeto "Avante Reurb-S" sobre regularização fundiária urbana para as regionais de Corrente e São Raimundo Nonato, via Microsoft Teams. Durante o evento, foram abordados temas como a legislação federal e municipal sobre regularização fundiária, as fases do procedimento da Reurb, análise de projetos urbanísticos e agrimensura, além de tópicos relacionados ao cadastro socioeconômico e ao registro no cartório.



Fonte: Site MPPI

Curso sobre prevenção e detecção de fraudes em licitações e contratos

Nos dias 18 e 19 de janeiro, no auditório da Sede Leste do MPPI, foi realizado o Curso de Prevenção e Detecção de Fraudes em Licitações e Contratos de acordo com a Lei 14.133/21. A formação foi ministrada pelo auditor federal de finanças e controle da Controladoria-Geral da União (CGU) Kleberson Souza, para membros e servidores do MPPI que trabalham com a realização de processos de licitação e contratação pública.



Fonte: Site MPPI

O curso teve como objetivo prevenir a ocorrência de fraudes e ilícitudes, contribuir para o bom andamento das contratações realizadas pelo MPPI, além de proporcionar referenciais teóricos e práticos para que membros e servidores possam detectar a ocorrência de fraudes e ilegalidades em contratações públicas municipais e estaduais em que o MPPI atua como fiscal do ordenamento jurídico.

Seminário sobre os desafios do Tribunal do Júri marca a abertura oficial do ano pedagógico do CEAF/MPPI

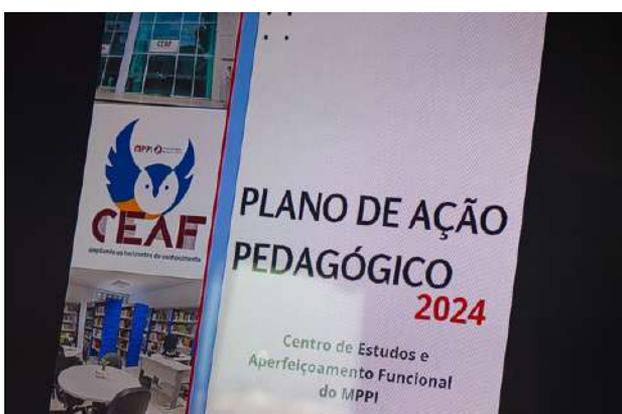
Em 26 de janeiro, foi lançado o plano pedagógico do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público do Piauí (CEAF/MPPI) de 2024. Para marcar o início dos trabalhos deste ano, foi realizado o seminário "O Júri e seus desafios", na sede leste do MPPI.

O lançamento do ano pedagógico foi aberto com o pronunciamento do Procurador-geral de Justiça do Piauí, Cleandro Moura.



Fonte: Site MPPI

A programação contou com duas palestras ministradas pelos Promotores de Justiça Rogério Zagallo e Rodrigo Merli. Os dois são membros do Ministério Público de São Paulo (MPSP), com vasta atuação no Tribunal do Júri.



Fonte: Site MPPI

Curso sobre Business Intelligence para integrantes do MPPI

O Curso "Business Intelligence com Power BI", realizado entre 29.01.2024 a 20.02.2024, capacitou mais de 30 membros e servidores para criação de relatórios dinâmicos (dashboards), ferramentas utilizadas no gerenciamento, no monitoramento e na análise de dados. O curso foi de 40h/aula e integralmente presencial, com aulas ministradas nas instalações do CEAF/MPPI pelo instrutor André Alencar.



Fonte: Site MPPI

Capacitação sobre noções básicas de negociação em crises e gestão de riscos no Sistema de Defesa Social

O Ministério Público do Piauí (MPPI) nos dias 26 e 27 de fevereiro de 2024, promoveu a capacitação "Noções Básicas de Negociação em Crises e Gestão de Riscos no Sistema de Defesa Social, com ênfase nos Sistemas Prisional e Segurança Pública". O evento foi promovido para capacitar os integrantes do MPPI e do sistema de segurança pública e de justiça em prevenção, enfrentamento, gerenciamento e negociação em crises, com ênfase nos sistemas de segurança pública e prisional, especialmente nos aspectos práticos relativos à fase de resposta, plano operacional e regras para comunicação em crises.



Fonte: Site MPPI

Fórum Estadual de Combate ao Mau Uso de Agrotóxicos no Piauí

Em 27 de fevereiro, foi realizada na sede do Ministério Público do Estado do Piauí (MPPI), em Teresina, a solenidade de instalação do Fórum Estadual de Combate ao Mau Uso de Agrotóxicos no Piauí. A iniciativa, promovida pelo MPPI, Ministério Público do Trabalho e outras entidades parceiras, tem como objetivo formalizar a atuação conjunta entre os órgãos interessados para abordar e combater o uso prejudicial de agrotóxicos no estado.



Fonte: Site MPPI

A solenidade teve a presença do Subprocurador-Geral do Ministério Público do Trabalho, Pedro Serafim, presidente do Fórum Nacional de Combate aos Impactos dos Agrotóxicos e Transgênicos, e de Tatiana Chaves, Diretora da Vigilância Sanitária do Estado do Piauí (DIVISA-PI), que ministrou uma palestra sobre “Agrotóxicos: possíveis danos à saúde humana e a importância das medidas preventivas”.



Fonte: Site MPPI

Curso “Facilitadores de Círculos Complexos de Construção de Paz” promovido pelo MPPI



Fonte: Site MPPI

O Ministério Público do Estado do Piauí (MPPI), no período de 13 a 15 de março de 2024, por meio da 2ª e 8ª Promotorias de Justiça de Picos, em parceria com a Escola Superior da Advocacia (ESA/PAB) e com apoio do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF/MPPI), realizou curso “Facilitadores de Círculos Complexos de Construção de Paz” na região de Picos.

A formação abordou uma metodologia diferenciada e integra o projeto “Escola de Círculos, Práticas Pedagógicas Restaurativas”.



Fonte: Site MPPI

Oficina do Projeto Acolher para as regionais de Corrente e São Raimundo Nonato

Nos dias 12 e 14 de março, o Centro de Apoio Operacional de Defesa da Infância e Juventude (Caodij) e o Núcleo de Atendimento às Vítimas (Navi), com apoio do CEAF, levaram a capacitação sobre escuta especializada para os municípios das regionais de Corrente e São Raimundo Nonato, região Sul do Estado.

Com uma atividade intitulada “Encontro Regional sobre a Escuta Especializada”, a programação, dessa etapa, envolveu o compartilhamento de noções gerais sobre a Lei 13.431/2017 e o Decreto nº 9.603/2018, que instituíram e a regulamentaram.



Fonte: Site MPPI

O Projeto Acolher – capacitação em escuta especializada para a Rede de Proteção é realizado com o objetivo de acompanhar e impulsionar a implantação de uma escuta especializada na rede de proteção de crianças e adolescentes dos municípios piauienses.

Palestra sobre conscientização para prevenção e combate ao assédio moral, sexual e à discriminação é realizada no MPPI

O Ministério Público do Estado do Piauí (MPPI) realizou no dia 13 de março de 2024, por meio do CEAF e do Comitê de Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho (SQVT), uma palestra sobre conscientização para prevenção e combate ao assédio moral, sexual e à discriminação.



Fonte: Site MPPI

A palestra foi apresentada pela Profa. Dra. em Ciências Jurídicas e Juíza do Trabalho do TRT 22ª Região Regina Coelli, ocorreu na sede leste do MPPI, em Teresina, e reuniu membros e servidores da instituição ministerial.

Intitulada “Fala Feminina”, a atividade objetivou promover o diálogo para o conhecimento de situações que caracterizam o assédio moral ou sexual, de forma a prevenir, combater, esclarecendo sobre as providências cabíveis para garantir a proteção da vítima e a responsabilização do assediador.

Minicurso sobre medicina legal e noções de balística forense aplicada ao processo penal

O Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público do Piauí (CEAF) promoveu nos dias 14 e 15 de março, na sede leste do MPPI, o minicurso “Medicina legal e noções de balística forense aplicada ao processo penal”. A formação foi direcionada a membros e servidores do MPPI que atuam na área criminal.

Conduzida pelo promotor de Justiça Rômulo Cordão, titular da 8ª Promotoria de Justiça de Parnaíba, o curso teve o objetivo de chamar atenção para o estudo da medicina legal e da balística forense como disciplinas estruturantes da produção probatória.



Fonte: Site MPPI

O conteúdo programático incluiu temas como a promoção de diligências complementares para o desfecho de casos, a interpretação correta das provas, a devida valoração do conteúdo probatório e a elaboração de subsídios teóricos e práticos necessários à desconstrução de teses defensivas destoantes dos autos.

Capacitação sobre entrevista e escuta especializada

O Centro de Apoio Operacional de Defesa da Infância e da Juventude (Caodij) e o Núcleo de Atendimento às Vítimas (Navi), com o apoio do CEAF/MPPI, realizaram o curso de formação em processo de entrevista e escuta especializada, no dia 20 de março. A formação foi ministrada pela plataforma Microsoft Teams, para servidores indicados por municípios do Piauí.



Fonte: Site MPPI

A capacitação de servidores dos municípios em entrevista e escuta especializada, de acordo com o previsto na Lei Federal nº 13.431/2027 e no Decreto Normativo nº 9603/2018, é um pressuposto para a implantação de locais adequados de escuta de crianças ou adolescentes vítimas ou testemunhas de violência, no âmbito da rede de proteção. Essa formação é uma das etapas do Programa Infância e Juventude Protegida. O objetivo com o programa é estimular a implementação da escuta especializada nos municípios, por meio da atuação das Promotorias de Justiça.

Curso: Do Zero ao Extra – prática jurídica da atividade extrajudicial do Ministério Público

O Ministério Público do Piauí (MPPI,) por meio do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF), promoveu um curso prático e jurídico voltado para membros, servidores e estagiários do MPPI com o tema “Do Zero ao Extra – prática jurídica da atividade extrajudicial do Ministério Público”.

A formação ocorreu do dia 04 de abril de 2024, nas modalidades presencial e online, e foi conduzida pelo promotor de Justiça Sinobilino Pinheiro, titular da 2ª Promotoria de Justiça de Valença. O curso teve como objetivo facilitar a compreensão sobre métodos e instrumentos da atividade extrajudicial que garantem mais resolutividade à atuação do Ministério Público.



Fonte: Site MPPI

Webinar: Como Usar Seu Imposto de Renda Para Mudar a Realidade de Crianças e Adolescentes

O Ministério Público do Estado do Piauí, por meio do Centro de Apoio Operacional de Defesa da Infância e Juventude (CAODIJ) e do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF), realizou, no dia 16 de abril de 2024, o webinar “Como usar seu Imposto de Renda para mudar a realidade de crianças e adolescentes!”, na modalidade virtual. A iniciativa integra a campanha “Acreditar, destinar e gerar oportunidades”, que objetiva incentivar os contribuintes a destinarem parte do imposto sobre a renda (IR) aos fundos para infância e adolescência (FIAs).



Fonte: Site MPPI

Workshop: Apresentação Da Central Integrada De Alternativas Penais (Ciap)

O Centro de Apoio Operacional às Promotorias de Justiça Criminais (Caocrim), com apoio do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF), promoveu, no dia 19 de abril de 2024, um workshop sobre os trabalhos desenvolvidos pela Central Integrada de Alternativas Penais (CIAP). O evento foi realizado na modalidade virtual, através da plataforma Microsoft Teams.



Fonte: Site MPPI

O evento, mediado pela promotora de Justiça Lenara Porto, destacou a importância da fiscalização das medidas alternativas impostas por decisões judiciais, algo pouco compreendido na prática. A Coordenadora Operacional da CIAP, Geracina Melo, explicou o funcionamento da Central, que possui sedes em Teresina, Parnaíba e Picos, e recebe demandas relacionadas a penas restritivas de direito, transação penal, medidas cautelares, entre outras. A CIAP visa acompanhar essas medidas com eficiência, contando com o apoio de diversos órgãos, e recentemente ampliou sua atuação para as cidades de Floriano e Valença.

A promotora Amparo Paz, coordenadora de projetos voltados ao enfrentamento da violência doméstica, destacou a parceria entre o Ministério Público e a CIAP, como no projeto “Reeducar: o Homem no Enfrentamento da Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher”. Com 16 anos de existência, o projeto visa sensibilizar homens sobre violência doméstica, com resultados positivos comprovados, como uma baixa taxa de reincidência. Amparo também ressaltou a importância da CIAP no acompanhamento de programas de prestação de serviços, como o Reeducar, e seu papel no encaminhamento de homens para tratamento de vícios em substâncias entorpecentes, considerando o evento uma valiosa oportunidade de divulgação desse trabalho.

2ª Turma de Formação em Processo de Entrevista de Escuta Especializada

O Ministério Público do Estado do Piauí (MPPI), por meio Centro de Apoio Operacional de Defesa da Infância e Juventude (CAODIJ) e do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF), realizou o Curso de Formação em Processo de Entrevista e Escuta Especializada no dia 24 de abril de 2024 (2ª turma).



Fonte: Site MPPI

O objetivo foi capacitar 15 servidores dos municípios indicados para a realização do processo de entrevista de escuta especializada, em conformidade com o Programa Infância e Juventude Protegida.

A programação incluiu o tema “Instrumento normativo que regulamenta a Escuta Especializada”, ministrado pela Assistente Social do MPPI, Maria Luisa Lima, que explicou as bases legais da implementação da escuta especializada e as ferramentas oficiais, bem como a importância de evitar a revitimização da criança e do adolescente vítimas ou testemunhas de violência.

Em um segundo momento, a pedagoga do MPPI Glória Monteiro falou sobre “Tipos de violência e desenvolvimento infantil: memórias e linguagens”. Em sua palestra, a servidora do MPPI discorreu sobre as formas de violência e suas características.

XXXII Encontro com a Leitura discute o livro “21 lições para o século 21”, de Yuval Noah Harari



Fonte: Site MPPI

O MPPI, por meio do CEAF, realizou na manhã do dia 26 de abril, o seu XXXII Encontro com a Leitura, sobre a obra "21 lições para o século 21", do autor israelense Yuval Noah Harari, conhecido também pelos livros Sapiens e Homo Deus.

Quem mediou esta edição do Encontro foi o promotor de Justiça Edilsom Farias, a convite da diretora do CEAF, Teresinha Borges. "Escolhi uma obra que considero importante sobre os desafios presentes na humanidade. Esse projeto é algo muito belo, encantador. Incentivar, promover a leitura é sempre algo fantástico", explicou.

3º Turma do Curso de Formação em Processo de Entrevista e Escuta Especializada

O Ministério Público do Estado do Piauí (MPPI), por meio Centro de Apoio Operacional de Defesa da Infância e Juventude (CAODIJ) e do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF), realizou o terceiro Curso de Formação em Processo de Entrevista e Escuta Especializada no dia 06 de maio.

Nesta edição, o foco foi capacitar servidores que foram indicados pelos municípios de Batalha, Coivaras, São Miguel do Tapuio, São João da Canabrava, Paquetá, São José do Piauí, São João do Piauí e Sussuapara, por ordem de inscrição.

Escuta Especializada: Rito de Atendimento e seus Procedimentos

Ritual do ATENDIMENTO que poderá conter os seguintes procedimentos:

- I - acolhimento ou acolhida;
- II - escuta especializada nos órgãos do sistema de proteção;
- III - atendimento da rede de saúde e da rede de assistência social;
- IV - comunicação ao Conselho Tutelar;
- V - comunicação à autoridade policial;
- VI - comunicação ao Ministério Público;
- VII - depoimento especial perante autoridade policial ou judiciária (responsabilização de competência do Poder Judiciário);
- VIII - Aplicação de medida de proteção pelo Conselho Tutelar, caso necessário.

Poderão ser adotados outros procedimentos, quando o profissional avaliar, que haja essa necessidade.

Decreto 5600/2008.

TIPOS DE VIOLÊNCIA E DESENVOLVIMENTO INFANTIL: MEMÓRIAS E LINGUAGENS

Glória Monteiro
Pedagoga

MPPI NAVI

Fonte: Site MPPI

Palestra "Noções Básicas em Primeiros Socorros"

O Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF) em parceria com Núcleo de Práticas Autocompositivas e Restaurativas (Nupar) do MPPI, promoveu oficina com o tema "Comunicação Não Violenta: empatia e cooperação para uma atuação ministerial resolutiva". A formação aconteceu nos dias 09 e 10 de maio do corrente ano, e teve como público-alvo membros, servidores e estagiários ministeriais.



Fonte: Site MPPI

Quem conduziu a palestra foi o sargento do Corpo de Bombeiros Militar do Piauí Yonesko do Brasil Marques Carvalho. Bacharel em enfermagem, licenciado em Educação Física, especialista em Fisiologia do Exercício e Grupos Especiais, o palestrante de primeiros socorros ressaltou que os Primeiros Socorros deveriam ser um conhecimento disseminado desde a base da formação das pessoas, ainda na escola.

Oficina “Comunicação Não Violenta: Empatia e Cooperação para uma Atuação Ministerial Resolutiva”

O Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF) em parceria com Núcleo de Práticas Autocompositivas e Restaurativas (Nupar) do MPPI, promoveu oficina com o tema “Comunicação Não Violenta: empatia e cooperação para uma atuação ministerial resolutiva”. A formação aconteceu nos dias 09 e 10 de maio do corrente ano, e teve como público-alvo membros, servidores e estagiários ministeriais.



Fonte: Site MPPI

Escuta Especializada para o Comitê Estadual de Combate à Violência e Exploração Sexual Infantil

O Ministério Público do Estado do Piauí (MPPI), por meio do Centro de Apoio Operacional de Defesa da Infância e Juventude (CAODIJ) e do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF), realizou capacitação sobre Escuta Especializada para o Comitê Estadual de Combate à Violência e Exploração Sexual Infantil, em Teresina, no dia 10 de maio.



Fonte: Site MPPI

A programação incluiu temas sobre Noções gerais sobre a Lei 13.431/2017 e Decreto 9603/2018, ministrado pela assistente Social do MPPI Maria Luisa da Silva Lima; “Escuta Especializada: uma importante ferramenta de combate à revitimização de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência”, pela psicóloga do MP Liandra Soares Nogueira; e “Depoimento Especial x Escuta Especializada e sua implementação no Estado do Piauí”, abordado pela coordenadora do CAODIJ, promotora de Justiça Joselisse Nunes, e pela assistente Social do Tribunal de Justiça do Piauí (TJ-PI), Sâmia Cristina P. da Silva.



Fonte: Site MPPI

Palestra “Propaganda Eleitoral, Inteligência Artificial e Desinformação”

O Ministério Público do Piauí, por meio do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF), realizou, no 22 de maio de 2024, a palestra “Propaganda Eleitoral, Inteligência Artificial e Desinformação”, com o advogado e doutor em Direito Penal pela Universidade de São Paulo (USP) Fernando Neisser. O evento aconteceu na sede do Ministério Público na zona leste de Teresina. A capacitação também foi transmitida por plataforma virtual.



Fonte: Site MPPI

Oficina de Elaboração Estratégica de Projetos Institucionais

A Assessoria de Planejamento Estratégico do Ministério Público em parceria com o Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (Ceaf), realizou, nos dias 11 e 12 de junho, oficina sobre a elaboração de projetos. A oficina teve o objetivo de capacitar os participantes para a elaboração de projetos institucionais, e estimular as habilidades necessárias à elaboração de termos de abertura de projetos consistentes.

Foram realizados dois módulos. Nesse primeiro, os participantes revisitaram os conceitos de resolutividade, perceberam a importância de alinhar os projetos ao Planejamento Estratégico Institucional – PEI, às demandas de cada órgão de execução e aos anseios sociais. O segundo módulo, foi focado na execução e monitoramento de projetos. Ocorreu no segundo semestre do corrente ano.



Fonte: Site MPPI

4ª Turma de Formação em Processo de Entrevista de Escuta Especializada

Realizada nos dias 17 a 19 de junho de 2024, a “4ª Turma de Formação em Processo de Entrevista de Escuta Especializada” teve como objetivo: capacitar 16 servidores dos municípios indicados para a realização do processo de entrevista de escuta especializada, em conformidade com o Programa Infância e Juventude Protegida.



Fonte: Site MPPI

A capacitação de servidores dos municípios em entrevista da escuta especializada, nos termos da Lei Federal nº 13.431/2027 e do Decreto Normativo nº 9603/2018 é um pressuposto para a implantação de locais adequados de escuta de crianças ou adolescentes vítimas ou testemunhas de violência, no âmbito da rede de proteção e constitui etapa do Programa Infância e Juventude Protegida, que busca efetivar a implementação da escuta especializada nos municípios, por meio da atuação das promotorias

Curso “Eleições 2024: Ações Eleitorais Cíveis e Crimes Eleitorais”

O Ministério Público do Piauí (MPPI), por meio do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF) em parceria com o Centro de Apoio Operacional de Combate à Corrupção e Defesa do Patrimônio Público (CACOP), promoveu no dia 18 de junho de 2024, o curso “Eleições 2024: Ações Eleitorais Cíveis e Crimes Eleitorais”, voltado para membros e servidores do órgão ministerial que atuarão nas eleições municipais deste ano.

O Curso foi realizado de forma virtual e contou com a participação do Promotor de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul, Rodrigo López Zílio, e do advogado eleitoralista, Edson de Resende Castro.



Fonte: Site MPPI

Palestra “O Papel do MP na Concretização Democrática do Orçamento”

O Ministério Público do Estado do Piauí (MPPI), por meio da 36ª Promotoria de Justiça, em parceria com CEAF e com o Tribunal de Contas do Estado (TCE), realizou no dia 20 de junho (quinta-feira) evento de lançamento do projeto “Ábaco – Abrindo as Contas”, a partir das 9h, no auditório do TCE, que contou com diversas palestras sobre incentivo à fiscalização de recursos públicos.



Fonte: Site MPPI

No dia 21 de junho, no auditório da Sede Leste do MPPI, foi realizada a palestra “O Papel do MP na Concretização Democrática do Orçamento”, ministrada pelo promotor de Justiça do MPDFT Rubin Lemos. A ação integra as atividades do Projeto Ábaco, e tem como público-alvo integrantes do Ministério Público.

Lançamento da 5ª Edição da Revista Eletrônica do MPPI

O Ministério Público do Estado do Piauí (MPPI), por meio do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF), lançou, no dia 28 de junho do corrente ano, a 5ª edição da Revista Eletrônica, um periódico semestral multidisciplinar destinado à veiculação de trabalhos científicos sobre temas de interesse e relevância para a sociedade e para o Ministério Público.



Fonte: Site MPPI

Esta edição reúne 15 artigos produzidos por 20 autoras e autores de todo o Brasil, incluindo integrantes do MPPI, procuradores e promotores de Justiça, servidores, além de magistrados, profissionais e estudantes de diversas áreas.



Fonte: Site MPPI

Seminário sobre Resolutividade nas Searas Cível e Criminal

O Ministério Público do Estado do Piauí (MPPI), em 05/07/2024, por meio do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional - CEAF promoveu seminário sobre resolutividade nas searas cível e criminal, com o objetivo de qualificar membros e servidores sobre as novidades trazidas pela lei nº 13.964/2019, conhecida como pacote anticrime, quanto ao acordo de não persecução penal (ANPP), com abordagens de técnicas de negociação voltadas para o acordo de não persecução cível e criminal, o evento ocorreu, na sede leste do MPPI, em Teresina.

Pela manhã o seminário contou com a palestra da Promotora de Justiça Rita Tourinho, do Ministério Público da Bahia, e do Promotor de Justiça Leonardo Barreto, do Ministério Público de Minas Gerais, que apresentaram ao público explicações sobre as temáticas: "O acordo de não persecução civil no plano da existência, validade e eficácia" e "arquivamento da investigação criminal, ANPP e PIC: principais alterações na resolução 289/2024 do CNMP e polêmicas", respectivamente.



Fonte: Site MPPI

À tarde, o Promotor de Justiça do Ministério Público de Santa Catarina, Henrique da Rosa, realizou explanação sobre a "Nova atuação resolutiva do MP" e "Programas de Compliance e Integridade no MP". E destacou a importância da troca de experiências, da ampliação de conhecimentos, e sobretudo, atuação prática.



Fonte: Site MPPI

Quarta edição do projeto "Escola de círculos de construção de paz"

O Ministério Público do Estado do Piauí (MPPI), por meio das 2ª e 8ª Promotorias de Justiça de Picos e com apoio do CEAF, concluiu a quarta edição da formação de facilitadores do projeto "Escola de círculos de construção de paz: práticas pedagógicas e restaurativas", que aconteceu de 15 a 17 de maio, na sede das Promotorias de Justiça de Picos.

O curso tem entre seus objetivos a formação de facilitadores de círculos de construção de paz e a disseminação de possibilidades de resolução não violenta dos conflitos. A adoção de práticas de Justiça Restaurativa está prevista na Resolução CNMP nº 243/2021. Os princípios básicos para utilização desses programas estão previstos também na Resolução nº 2002/2012 da Organização das Nações Unidas (ONU).



Essa etapa foi ministrada pelas promotoras de Justiça Itanieli Rotondo Sá e Romana Leite Vieira e pela presidente da Comissão de Justiça Restaurativa e Direito Sistemico da OAB Subseção de Picos, advogada Wilca Lucas Cavalcante, que também integra o projeto.

Webinário: Direito à Convivência Familiar e Comunitária e o Programa de Família Acolhedora

O Ministério Público do Estado do Piauí (MPPI) promoveu em 11 de julho de 2024, o webinar “Direito à Convivência Familiar e Comunitária e o Programa de Família Acolhedora”. O evento foi organizado pelo Centro de Apoio Operacional de Defesa da Infância e Juventude (CAODIJ), em parceria com o Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF).

O debate contou com transmissão ao vivo pelo youtube e promoveu uma reflexão sobre os planos na área da criança e do adolescente e a implantação dos serviços de família acolhedora no Piauí.



Fonte: Site MPPI

Seminário "Proteção de Dados 360° - Inovação e Conformidade em Ação"

Realizado entre os dias 12 a 16/07/2024, o seminário teve como tema “Inovação e Conformidade”, destacando o papel do MP na garantia do direito à proteção de dados pessoais

A proteção de dados pessoais além do compliance e o papel do Ministério Público na tutela do direito fundamental à proteção de dados também foram temas apresentados pelos palestrantes que integraram a programação do primeiro dia do evento.

A proteção de dados pessoais além do compliance e o papel do Ministério Público na tutela do direito fundamental à proteção de dados também foram temas apresentados pelos palestrantes que integraram a programação do primeiro dia do evento.



Fonte: Site MPPI

O encerramento do primeiro dia do seminário contou com a exposição “O papel do MP na tutela do direito fundamental à proteção de dados”, realizada pelo promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de São Paulo João Santa Terra. Em destaque, a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), Lei nº 13.709/2018. Promulgada para proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e a livre formação da personalidade de cada indivíduo, a lei normatiza o tratamento de dados pessoais, dispostos em meio físico ou digital, feito por pessoa física ou jurídica de direito público ou privado, englobando um amplo conjunto de operações que podem ocorrer em meios manuais ou digitais.



Fonte: Site MPPI

No dia 16 de julho, o seminário contou com o workshop que aconteceu no auditório da Procuradoria-Geral de Justiça do Piauí, no centro de Teresina. Nesse último dia de seminário, os participantes acompanharam duas exposições e uma oficina. A programação iniciou com a palestra da Encarregada pela Proteção de Dados Pessoais do MPPI, Cláudia Seabra, que abordou as diretrizes e estratégias de implementação da LGPD.

A segunda palestra do dia foi conduzida pela ex-ouvidora do MPPI, Teresinha Borges, e pelo atual ouvidor da instituição, Aristides Pinheiro, que conversaram com o público sobre o processo de adequação pela qual a Ouvidoria do MPPI passou para atender aos parâmetros da Lei Geral de Proteção de Dados.

Por fim, houve uma oficina sobre mapeamento de dados pessoais nas unidades administrativas do MPPI. A capacitação foi executada pelos servidores Andréa Fialho e Vicente Miranda, que fazem parte da Secretaria Executiva de Proteção de Dados Pessoais do MPPI. O Seminário sobre Proteção de Dados 360° – Inovação e Conformidade em Ação contou com participantes do Piauí e de vários estados do Brasil.



Fonte: Site MPPI

Minicurso Praticando a Fiscalização Eleitoral pelo Ministério Público - Eleições 2024



Fonte: Site MPPI

O CEAF/MPPI promoveu, em 02/08/2024, minicurso sobre fiscalização eleitoral pelo Ministério Público, como parte das capacitações em matéria eleitoral. O evento foi realizado de forma híbrida, no auditório da Sede Leste do MPPI com transmissão ao vivo pela Plataforma Microsoft Teams.

O Promotor de Justiça Sinobilino Pinheiro conduziu o momento e explicou que Ministério Público Eleitoral não é um órgão, mas uma função que tem a missão constitucional de defesa do regime democrático de direito e, portanto, atribuição de fiscalizar o pleito eleitoral.

Durante o curso, o ministrante apresentou casos práticos com exemplos de abuso de poder político, econômico, de comunicação, captação ilícita de sufrágio, condutas vedadas a agentes públicos, fraude e corrupção no processo eleitoral.

Oficina para Elaboração de Projetos - Cultura da Resolutividade/ Módulo I

A Assessoria de Planejamento e Gestão do Ministério Público do Piauí (MPPI) realizou as 3ª e 4ª turmas da oficina de Gestão de Projetos com foco na Resolutividade – módulo I – nos dias 05 e 06/08/2024. A capacitação, apoiada pelo CEAF, visou preparar os participantes para a elaboração de projetos institucionais, focando nas habilidades necessárias para a criação de Termos de Abertura de Projetos.

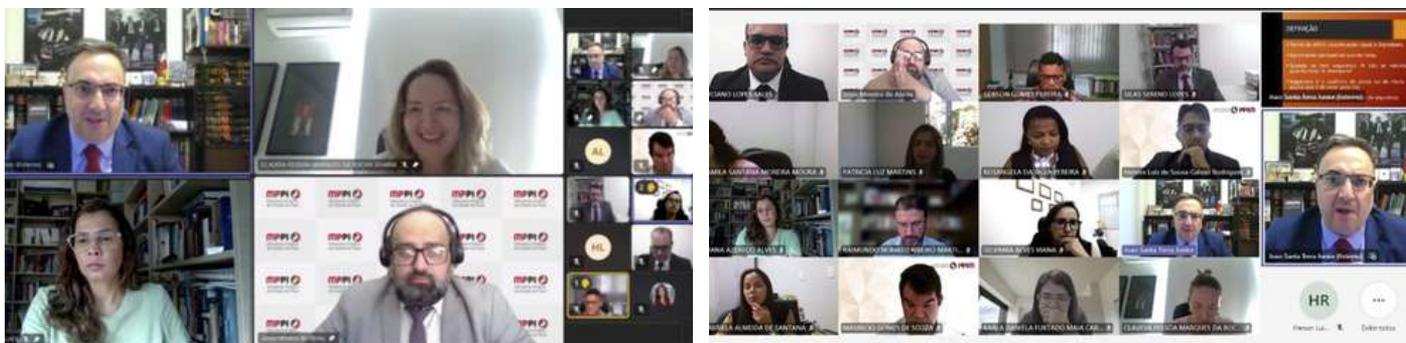


Fonte: Site MPPI

As ministrantes, Denise Aguiar e Nayrah Machado, discutiram as diferenças entre resolutividade de esforço e resolutividade material ou de impacto social, construção de projetos, objetivos específicos e estratégicos, justificativa, escopo, indicadores, mensuração de custos e beneficiários.

Palestra- “Você é alvo? A importância da segurança institucional para a proteção dos ativos do Ministério Público

O Ministério Público do Estado do Piauí, por meio do Gabinete de Segurança Institucional (GSI) e do Comitê Estratégico de Proteção de Dados (CEPDAP), com apoio do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (Ceaf), promoveu em 09/08/2024 a palestra “Você é um alvo? A importância da segurança institucional para a proteção dos ativos do Ministério Público”.



Fonte: Site MPPI

O evento ocorreu na modalidade virtual, através da plataforma Microsoft Teams, e contou com a participação do membro auxiliar do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e integrante da Unidade Especial de Proteção de Dados Pessoais (UEPDAP/CNMP), o promotor de Justiça João Santa Terra. Em sua apresentação, o promotor de Justiça MPSP João Santa Terra explanou sobre os ativos da instituição ministerial e abordou conceitos fundamentais sobre a teoria da segurança institucional.

Evento sobre Gestão de Carreira para Estagiários do Ministério Público do Piauí

O Dia Nacional do Estagiário é celebrado em 18 de agosto e o Ministério Público do Piauí, por meio do Comitê de Saúde e Qualidade de Vida no Trabalho (SQVT) e do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF), preparou programação em 15/08/2024. Estagiários de todo o estado puderam acompanhar, de forma presencial ou pela plataforma Teams, uma manhã de Encontro com a Leitura e dois bate-papos sobre construção de uma Carreira de Sucesso.



Fonte: Site MPPI

O evento também abarcou o XXXIII Encontro com a Leitura do MPPI. Na ocasião, a ex-estagiária do CEAF Jéssica Assunção Leal trouxe reflexões sobre o livro clássico "Vidas Secas", de Graciliano Ramos.

A primeira roda de conversa foi um bate-papo sobre Autocuidado e Desenvolvimento de Carreira com a psicóloga e servidora do MPPI, Liandra Nogueira. Ela abordou o autocuidado como algo imprescindível para o desenvolvimento de carreira. "Não se chega a um sonho sem saúde. Como elevar meu desempenho e prosperar sem cair no esgotamento?", convidou à reflexão.



Fonte: Site MPPI

A programação encerrou com o segundo bate-papo, no qual a psicóloga Vera Coelho falou sobre Pilares Fundamentais para a Gestão de uma Carreira de Sucesso. Vera convidou os presentes a refletirem o que seria sucesso, um conceito subjetivo e que tem uma representação diferente para cada indivíduo.

Palestra Agosto Lilás: Olhares e Percepções sobre a Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher

Em alusão ao "Agosto Lilás", o Ministério Público do Piauí (MPPI), por meio do CEAF, promoveu, em 23/08/2024, uma programação especial para discutir a violência doméstica e familiar contra a mulher. O objetivo foi promover uma compreensão multidisciplinar sobre o tema e buscar uma atuação eficaz, sem revitimização. A diretora do CEAF, Teresinha Borges, abriu o evento, destacando a criação da Ouvidoria das Mulheres do MPPI em 2021 e a importância do atendimento psicossocial sistêmico. A promotora do MPPR, Ticiane Pereira, ministrou uma palestra sobre a atualização da linguagem jurídica no enfrentamento da violência contra a mulher.



Fonte: Site MPPI

“Temos uma formação muito heteronormativa no Direito, feito por homens, para homens, e que não considera aspectos de singularidade da existência feminina. Por isso, viemos debater e desvelar essa situação histórica do Direito e sugerir novos padrões linguísticos da comunicação”, explicou. Sobre o aspecto da linguagem, a promotora de Justiça ainda exemplificou com o termo “legítima defesa da honra masculina” para justificar um feminicídio, e a declaração pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF), por meio da ADPF 779, de inconstitucionalidade do uso da tese de legítima defesa da honra em crimes de feminicídio.

A programação seguiu com a palestra da psicóloga do Núcleo das Promotorias de Justiça de Defesa da Mulher Vítima de Violência Doméstica e Familiar (NUPEVID), Cynara Cardoso, que falou sobre os “Reflexos Psicológicos da Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher nos Familiares”.



Fonte: Site MPPI

Minicurso sobre Redação Jurídica para os Estagiários do MPPI

O minicurso de Redação Jurídica direcionado aos estagiários do Ministério Público do Estado do Piauí (MPPI) aconteceu em 29/08/2024. O evento foi ministrado pelo professor e assessor da 50ª Promotoria de Justiça de Teresina, Edmar Ferreira Guimarães Júnior, no Auditório da Sede Leste, no formato híbrido.

A objetivo do minicurso dirimir dúvidas e minimizar dificuldades sobre a produção de redação jurídica.



Fonte: Site MPPI

O professor Edmar Júnior explicou que o objetivo do curso foi estimular uma estratégia dissertativa para os novos integrantes e colaboradores do órgão ministerial.

Minicurso: A atuação de Organizações Criminosas nas Fraudes em Concursos Públicos

O Ministério Público do Estado do Piauí (MPPI), por meio do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF) e em parceria com o Centro Integrado de Inteligência de Segurança Pública – Regional Nordeste, órgão vinculado ao Ministério da Justiça, promoveu o minicurso “A Atuação de Organizações Criminosas nas Fraudes em Concursos Públicos” em 30/08/2024.



Fonte: Site MPPI

Na ocasião, os analistas de inteligência Washington da Silva Melo e Thais Teles Oliveira ministraram palestra sobre organizações criminosas especializadas em fraudes em concursos públicos na região nordeste e quais as principais modalidades utilizadas.

Também foram discutidas medidas de prevenção que busquem mitigar o problema, trazendo apontamentos jurídicos sobre os obstáculos para caracterizar esses grupos criminosos na Lei nº 12.850/2013, que define organização criminosa e dispõe sobre investigação criminal, meios de obtenção da prova, infrações penais correlatas e procedimento criminal.



Fonte: Site MPPI

Minicurso Tratamento de Evidências Digitais

O Ministério Público do Estado do Piauí (MPPI), por meio do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF), realizou no dia 09 de setembro, o minicurso Tratamento de Evidências Digitais. O objetivo é que integrantes do MPPI aperfeiçoem a avaliação de particularidades de ações criminosas modernas, aplicando o conhecimento sobre aspectos práticos e jurídicos envolvendo o tratamento de evidências digitais no enfrentamento a questões no âmbito do processo penal e eleitoral.

Na ocasião, os participantes acompanharam as palestras "Evidências Digitais e Forense Computacional", ministrada por Thiago de Araújo Costa Soares, integrante do Gaeco/MPPI e especialista em Segurança de Redes de Computadores, e "Coletando Evidências Digitais com a Ferramenta MEDI", com o Coordenador do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Cibernético do Ministério Público do Estado de Goiás (CYBERGAECO), Promotor de Justiça Fabrício Lamas Borges da Silva.



Fonte: Site MPPI

Curso de Formação para os Novos Membros do MPPI



Fonte: Site MPPI

Iniciado no dia 09 de setembro, o curso com carga horária de 40 horas destinou-se ao aperfeiçoamento dos conhecimentos e habilidades necessários à atuação em áreas estratégicas e relevantes para a Instituição. E se propôs a apresentar a Instituição aos novos Promotores de Justiça.



Fonte: Site MPPI

Durante a semana, os dez ingressantes receberam noções consistentes sobre técnicas eficientes de atuação funcional e subsídios práticos para o exercício do cargo nas principais áreas de atuação do órgão e na gestão das Promotorias de Justiça.

Minicurso Inteligência Artificial e Direito: Aspectos Teóricos e Práticos

O Minicurso “Inteligência Artificial e Direito: aspectos teóricos e práticos”, ministrado pelo Juiz Federal e professor Nazareno César, foi realizado no dia 13 de setembro do corrente ano, marcou o encerramento do curso de adaptação dos novos membros.

Teve como objetivo disseminar conhecimentos sobre Inteligência Artificial(IA) e proporcionar uma visão abrangente e atualizada sobre as aplicações da IA no âmbito jurídico, suas implicações éticas e práticas, bem como as oportunidades de inovação para o MPPI.



Fonte: Site MPPI

6ª Turma de Formação em Processo de Entrevista de Escuta Especializada

Realizada nos dias 23, 24 e 25 de Setembro de 2024, na modalidade online na Plataforma Teams, o evento teve como objetivo: Capacitar 15 servidores dos municípios indicados para a realização do processo de entrevista de escuta especializada, em conformidade com o Programa Infância e Juventude Protegida.



Fonte: Site MPPI

A capacitação de servidores dos municípios em entrevista da escuta especializada, nos termos da Lei Federal nº 13.431/2027 e do Decreto Normativo nº 9603/2018 é um pressuposto para a implantação de locais adequados de escuta de crianças ou adolescentes vítimas ou testemunhas de violência, no âmbito da rede de proteção e constitui etapa do Programa Infância e Juventude Protegida, que busca efetivar a implementação da escuta especializada nos municípios, por meio da atuação das promotorias.

XXXIV Encontro com a Leitura discute o livro “Oração para Desaparecer”

O XXXIV Encontro com a Leitura, realizado em 27 de setembro de 2024, discutiu a obra *Oração para Desaparecer*, da jornalista e doutora Socorro Acioli, sugerida pelo servidor Marcus Vinícius. O encontro aconteceu no Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (Ceaf), no Ministério Público do Piauí, em Teresina. O servidor Marcus Vinícius atuou como mediador, conduzindo a reflexão sobre o livro.

A obra narra a história de uma mulher sem lembranças de seu passado, que precisa recomeçar sua vida em um lugar desconhecido, com a língua portuguesa como única referência. A história provoca reflexões sobre ancestralidade, pertencimento, a capacidade de recomeçar e a importância da esperança diante das dificuldades.



Fonte: Site MPPI

Webinário: A Proteção de Crianças e Adolescentes na Internet e o Combate aos Crimes Cibernéticos Contra Crianças e Adolescentes



Fonte: Site MPPI

Os Centros de Apoio Operacionais de Defesa da Infância e Juventude (Caodij) e o das Promotorias Criminais (Caocrim) promoveram, no dia 21 de outubro de 2024, o webinário “A Proteção de Crianças e Adolescentes na Internet e o Combate aos Crimes Cibernéticos”. A capacitação foi promovida em parceria com o Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do Ministério Público (Ceaf/MPPI).

Transmitido pela plataforma Microsoft Teams, o webinário foi realizado com o objetivo de conscientizar sobre os cuidados necessários à proteção de crianças e adolescentes no ambiente virtual. A programação do seminário contou com três palestras. A primeira com o promotor de Justiça Moacir Nascimento, do Ministério Público da Bahia (MPBA), que falou sobre a atuação do Ministério Público brasileiro na repressão aos crimes virtuais contra crianças e adolescentes, a legislação em vigor sobre o assunto e as regulamentações do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) em relação ao trabalho do MP na área. A psicóloga Ellen Borges, presidente do Conselho Municipal de Defesa da Criança e do Adolescente de Uruçuí, fez uma exposição sobre a saúde mental de crianças e adolescentes e o uso adequado das redes sociais. A palestra da delegada Rosa Chaib abordou o trabalho feito pela Polícia Civil do Piauí (PC-PI) no combate aos crimes virtuais contra o público infantojuvenil, em particular os crimes sexuais.

7ª Turma de Capacitação em Entrevista e Escuta Especializada

O Ministério Público do Estado do Piauí (MPPI), por meio do Centro de Apoio Operacional de Defesa da Infância e Juventude (Caodij) e do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF), realizou a 7ª edição do Curso de Formação em Processo de Entrevista e Escuta Especializada. O curso, que ocorreu de forma virtual nos dias 21, 22 e 23 de outubro, foi direcionado aos servidores municipais de diversos municípios do estado, como Picos, Oeiras, Parnaíba, e outros.

O principal objetivo do curso foi capacitar os servidores para a realização de entrevistas em escuta especializada, conforme a Lei Federal nº 13.431/2017 e o Decreto Normativo nº 9603/2018. A formação visa garantir a criação de espaços adequados para a escuta de crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência, assegurando um atendimento digno e apropriado a esses menores.



Fonte: Site MPPI

Colóquio “O Ministério Público ao Longo dos 36 Anos da CF/88: Desafios e Perspectivas”



Fonte: Site MPPI

No dia 31 de outubro de 2024, o Ministério Público de Piauí (MPPI), por meio do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF), promoveu o Colóquio “O Ministério Público ao longo dos 36 anos da Constituição Federal: Desafios e Perspectivas”.

O evento marcou a abertura da 4ª reunião do Colégio de Diretores de Escolas e Centros de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional dos Ministérios Públicos do Brasil (CDEMP). O CDEMP é uma associação que objetiva promover a integração do Ministério Público brasileiro em torno da construção do saber e em prol do aperfeiçoamento das atividades ministeriais.



Fonte: Site MPPI

Curso sobre uso de dados telemáticos e inteligência de código aberto ou fonte aberta

O Ministério Público do Piauí (MPPI) e a Polícia Civil do Piauí (PC-PI) concluíram, em 8 de novembro, um curso sobre investigação por análise de dados telemáticos e inteligência de código aberto. A capacitação foi ministrada por agentes da PC-PI na Escola Judiciária do Piauí (EJUD), em Teresina, e contou com a participação de 21 integrantes do MPPI, incluindo membros e servidores.

O objetivo do curso foi capacitar os participantes com conhecimentos teóricos e práticos sobre identificação de pessoas e locais, obtenção de provas e elaboração de relatórios técnicos. Também visou aprimorar a habilidade de trabalhar com dados telemáticos, tanto em investigações administrativas quanto em investigações baseadas em decisões judiciais.



Fonte: Site MPPI

O Marco Civil da Internet, os conceitos de provedores de aplicações e de conexões, a relação entre pedidos judiciais, emergenciais e extrajudiciais a provedores de aplicações, como WhatsApp, Google e Apple, a investigação em fontes abertas pagas e restritas e noções de sinais foram alguns dos assuntos abordados.



Fonte: Site MPPI

8ª Turma de Formação em Processo de Entrevista de Escuta Especializada



Fonte: Site MPPI

O curso visou a capacitação de servidores municipais sobre o processo de entrevista em escuta especializada, nos termos da Lei Federal nº 13.431/2027 e do Decreto Normativo nº 9603/2018, com objetivo de garantir a implantação de locais adequados de escuta de crianças ou adolescentes vítimas ou testemunhas de violência. A escuta especializada é um procedimento de entrevista, realizado por profissionais que atuam na rede de proteção do município, com objetivo de garantir a proteção e o cuidado sobre uma possível situação de violência contra criança ou adolescente, seja ela vítima ou testemunha.

Apresentação do projeto “Conhecendo o Ministério Público” para Instituições de Ensino Superior .

No dia 25 de novembro, representantes do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (Ceaf) do Ministério Público do Piauí (MPPI) e de Instituições de Ensino Superior do Piauí, se reuniram para discutir o projeto "Conhecendo o Ministério Público". O objetivo do encontro, realizado na sede leste do MPPI, foi aproximar o Ministério Público do ambiente acadêmico, promover a troca de conhecimento e destacar o papel da instituição em questões relevantes para a sociedade, além de colaborar na formação dos estudantes.



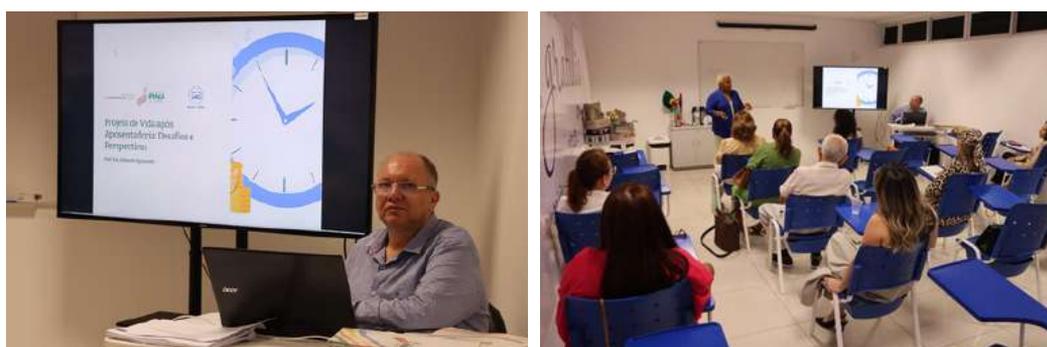
Fonte: Site MPPI

A procuradora de Justiça Teresinha Borges, diretora do Ceaf, abriu a reunião, enfatizando a importância da parceria com as instituições acadêmicas. As servidoras Viviane Rios e Izaura Veloso, representando a coordenadora do Ceaf, promotora Luana Azerêdo, explicaram que o projeto inclui palestras, visitas e atividades para estudantes do Ensino Superior, com o objetivo de aprimorar a atuação do MPPI. A iniciativa também visa à interiorização das ações, levando informações e promovendo parcerias com promotorias de Justiça e instituições de ensino no interior do estado.

A iniciativa está alinhada às diretrizes institucionais que instituíram a “Semana Conhecendo o MP”, com foco na disseminação do papel institucional do Ministério Público, mediante o intercâmbio com entidades de ensino, contribuindo para um diálogo estreito com a sociedade.

Projeto de Vida após a Aposentadoria: Desafios e Perspectivas

Nos dias 25, 26 e 27 de novembro, a Assessoria de Planejamento e Gestão do Ministério Público do Piauí (MPPI) promoveu, com o apoio do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (Ceaf/MPPI) e Escola de Governo do Piauí, o curso “Projeto de Vida após a Aposentadoria: desafios e perspectivas”.



Fonte: Site MPPI

A capacitação foi ministrada pelo professor Eduardo Figueiredo, integrante da Escola de Governo do Estado. A iniciativa teve o objetivo de proporcionar aos membros e servidores do MPPI uma formação voltada para o planejamento e o bem-estar durante o período pós-aposentadoria.

Durante o curso, foram abordados temas como: introdução ao empreendedorismo; benefícios e desafios de empreender após a aposentadoria; importância do planejamento e da visão estratégica; condições socioeconômicas dos indivíduos e grupos sociais; possibilidades e limitações de projetos profissionais; papel do indivíduo e do Estado na sociedade; trabalho e condições de vida; projetos de vida pessoal e profissional; e ética profissional.



Fonte: Arquivo Pessoal

MPPI lança Cartilha sobre prevenção à violência contra a mulher durante evento alusivo à Campanha Laço Branco

No dia 06 de dezembro, foi celebrado o Dia Nacional de Mobilização dos Homens pelo Fim da Violência contra as Mulheres. O Ministério Público do Estado do Piauí (MPPI), por meio do Núcleo de Promotorias de Justiça de Defesa da Mulher Vítima de Violência Doméstica e Familiar (NUPEVID) e o Núcleo de Atendimento às Vítimas (NAVI), com apoio do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF), organizou uma série de atividades para sensibilizar a sociedade sobre a importância do tema.



Fonte: Site MPPI

Durante o evento, foi lançada a cartilha "MPPI Acolhe", que aborda os diferentes tipos de violência de gênero e as leis que protegem os direitos das mulheres. Além disso, o material fornece informações sobre locais e serviços públicos disponíveis para atender mulheres vítimas de violência, contribuindo para o acolhimento e suporte necessário.

As imagens da cartilha foram criadas pelo artista piauiense Nonato Oliveira, cujas obras são marcadas por cores vibrantes, principalmente o amarelo, que reflete a cultura alegre do povo piauiense. Com figuras femininas presentes em diversos contextos, suas ilustrações destacam o cotidiano, a riqueza cultural e as adversidades enfrentadas pelas mulheres, transmitindo uma mensagem de resistência e superação.

O evento contou com a palestra do Promotor de Justiça Thimotie Aragon, do Ministério Público do Paraná, sobre "Estratégias no Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher". Durante sua apresentação, Aragon destacou a importância de os promotores rejeitarem estereótipos de gênero, que podem distorcer as percepções e influenciar decisões baseadas em preconceitos e mitos, ao invés de se basearem em fatos concretos. Ele enfatizou que a atuação de juizes e promotores deve ser pautada pelo princípio da precaução, agindo de forma antecipada e precavida para evitar a consumação da violência contra as mulheres.

A assistente técnica Natália Matos, da Secretaria Municipal de Políticas Públicas para Mulheres de Teresina, também ministrou uma palestra sobre a campanha Laço Branco. Ela explicou que o movimento busca envolver os homens no enfrentamento à violência contra as mulheres, convidando-os a ser protagonistas dessa causa. Matos reforçou que os homens devem se engajar ativamente nessa campanha, reconhecendo sua importância no combate à violência doméstica e familiar.

Além das palestras, o evento contou com a participação do juiz Virgílio Madeira Martins Filho, do 2º Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Comarca de Teresina, e de diversos representantes das Redes de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres e de Atendimento às Mulheres em Situação de Violência. Esses profissionais contribuíram para o debate, compartilhando experiências e perspectivas sobre o combate à violência de gênero e o apoio às vítimas.



Fonte: Site MPPI

REVISTA ELETRÔNICA DO MPPI

A Revista Eletrônica do Ministério Público do Estado do Piauí, gerida pelo CEAf, tem se consolidado como um importante veículo de divulgação científica, com o objetivo de compartilhar conhecimentos relevantes para a atuação do MPPI e para a sociedade. Publicada semestralmente, a revista é um canal de disseminação das contribuições acadêmicas e pesquisas que abordam temas de interesse ministerial, promovendo um espaço para o debate e a reflexão crítica sobre questões relevantes à função institucional.

A revista se destaca pela sua política editorial inclusiva, que valoriza a diversidade de abordagens e áreas do conhecimento. Além de publicar trabalhos de membros da instituição, a publicação está aberta à colaboração externa, permitindo que diferentes perspectivas enriqueçam a discussão. Este caráter plural contribui para o fortalecimento da atuação do MPPI, ao proporcionar um ambiente de constante atualização e aperfeiçoamento para todos os envolvidos, consolidando a importância da revista como um instrumento vital de formação e reflexão contínua.

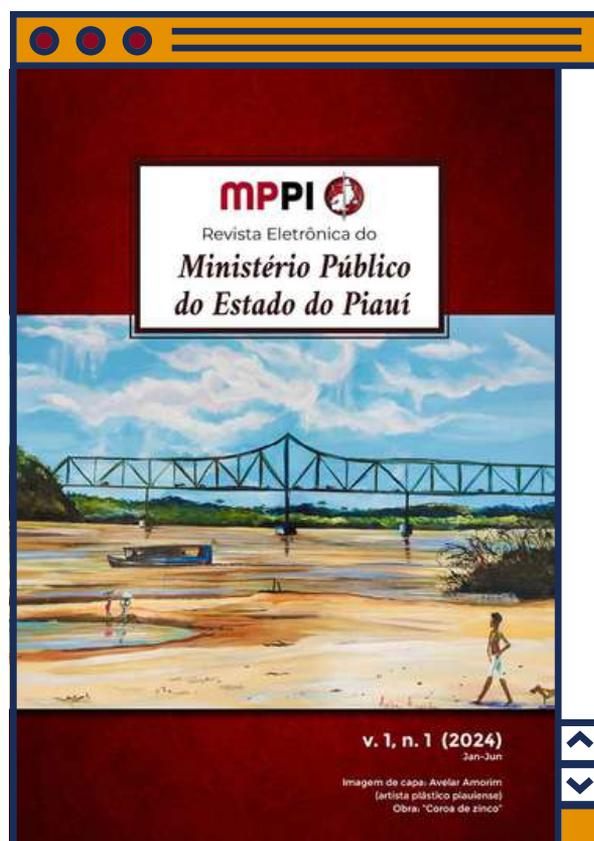
• 5ª Edição da Revista Eletrônica do MPPI

A 5ª edição da Revista Eletrônica do Ministério Público do Estado do Piauí foi lançada com a proposta de promover o debate sobre temas ligados aos interesses tutelados pelo MPPI. O prazo para submissão de trabalhos científicos foi aberto, e os artigos poderiam ser submetidos por autores com qualquer titulação. A revista, que possui um caráter multidisciplinar, abordou questões relacionadas ao Direito e áreas correlatas, incentivando a difusão de ideias e a produção científica no âmbito da instituição.

Durante o processo de avaliação dos trabalhos, a análise levou em consideração aspectos como o alinhamento com a política editorial, a relevância do tema e a contribuição para o avanço do conhecimento nas áreas abordadas. Além disso, a clareza na apresentação dos objetivos propostos também foi um critério importante na seleção dos artigos. A revista se consolidou como um meio eficaz de divulgar conhecimento pertinente à atuação do Ministério Público e ao fortalecimento de sua missão.

Esta edição contou com 15 artigos de 20 autores de diversas partes do Brasil, incluindo membros do MPPI, procuradores, promotores de Justiça, servidores, magistrados e acadêmicos. O caráter plural e inclusivo da revista foi um dos principais destaques, refletindo a diversidade de perspectivas que enriquecem as discussões sobre os temas tratados. Os artigos abordaram questões contemporâneas de grande relevância para o MPPI e para a sociedade em geral.

A gestão editorial da revista contou com o apoio de um Conselho Editorial altamente qualificado, formado pela procuradora de Justiça Teresinha Borges, pelo editor-chefe, promotor de Justiça Vando Marques, e outros membros. Além disso, técnicos ministeriais como Ana Luiza Masstalerz Pires Aragão e João Marcel Evaristo Guerra também integraram o Conselho Editorial, assegurando a qualidade e a consistência da revista. O Conselho Gestor, composto por outros membros do MPPI e técnicos especializados, também teve um papel importante na supervisão do processo editorial. A interação entre os conselhos garantiu que os critérios e normas estabelecidos fossem cumpridos, e que a 5ª edição da revista cumprisse seu papel de promover o conhecimento acadêmico e científico no âmbito do MPPI, além de disseminar informações valiosas para a sociedade.



• 6ª Edição da Revista Eletrônica do MPPI

A 6ª edição da Revista Eletrônica do MPPI já está em andamento, com o edital para submissão de artigos científicos lançado pelo CEAF/MPPI. O prazo para envio dos trabalhos foi encerrado no dia 08 de novembro, e os artigos submetidos analisados pelos pareceristas. Durante essa etapa, os artigos foram avaliados quanto à sua relevância, clareza e alinhamento com as diretrizes da revista. Posteriormente, os autores foram notificados sobre a aprovação, rejeição ou necessidade de ajustes em seus textos, com prazo para correções. Após a avaliação, os artigos aprovados ou com ressalvas seguiram para os trâmites finais para publicação.

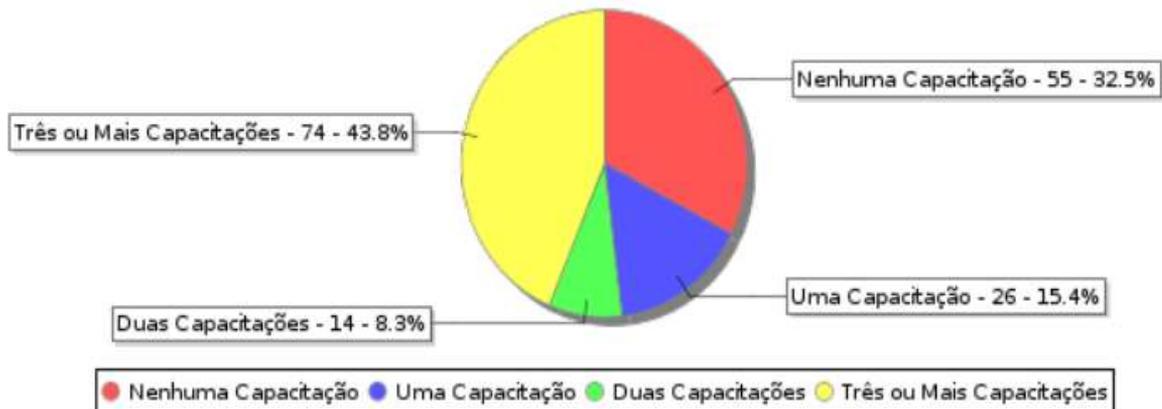
O objetivo da 6ª edição da revista é continuar fomentando a produção científica e acadêmica no âmbito do Ministério Público, incentivando a participação de membros da instituição, acadêmicos e profissionais da área. A revista visa também disseminar o conhecimento relevante para a sociedade, abordando temas diretamente relacionados às atribuições e interesses do MPPI, e incentivando o debate multidisciplinar.

Espera-se que a publicação da 6ª edição aconteça no início de 2025, com a inclusão de artigos selecionados de diversos autores, que contribuam para o avanço do conhecimento na área do direito e das ciências correlatas. A revista continua sendo uma importante ferramenta de difusão de ideias e de qualificação dos profissionais da instituição, cumprindo seu papel de promover a educação e o aperfeiçoamento funcional.

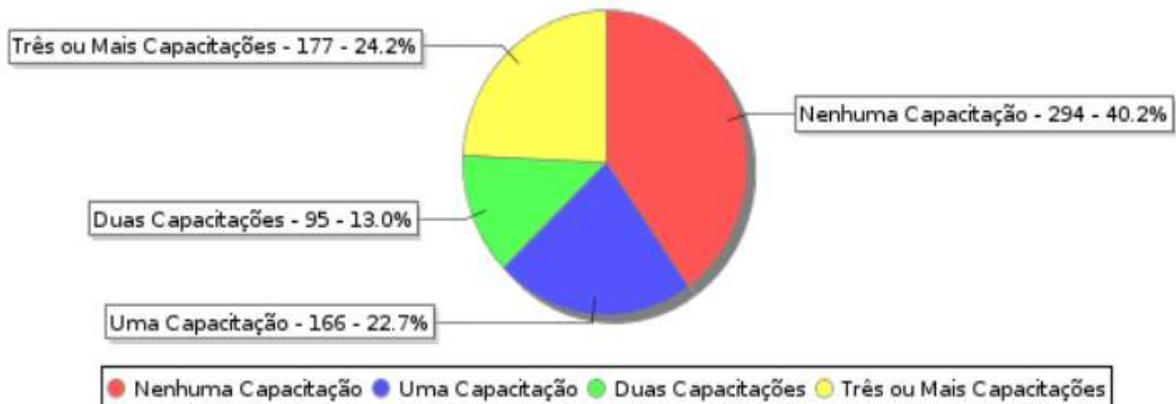


DADOS ESTATÍSTICOS

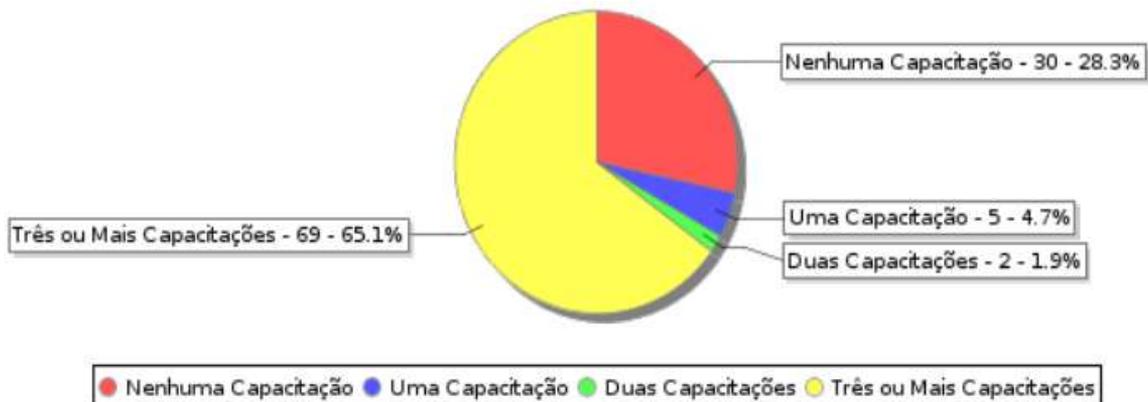
- Classificações das Participações dos Membros nos Eventos



- Classificações das Participações dos Servidores nos Eventos



- Classificações dos Eventos por Quantidade de Servidores



VISITAS TÉCNICAS

Visita dos Estudantes de Direito da UNINASSAU ao Ministério Público do Piauí



No dia 3 de maio, integrantes do Programa de Proteção e Defesa do Consumidor (Procon) e do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (Ceaf) receberam alunos do curso de Direito da Faculdade UNINASSAU, campus Redenção, de Teresina. A recepção ocorreu em uma sala de aula do Ceaf, onde a coordenadora pedagógica Luana Azerêdo apresentou aos estudantes o Ministério Público e suas diversas áreas de atuação.

A promotora de Justiça fez uma explanação sobre as funções do Ministério Público, enquanto os servidores do Procon, Edivar Carvalho e Ricardo Alves, abordaram o papel do órgão na elaboração e execução das políticas de proteção ao consumidor. Eles destacaram a importância das ações do Procon para a defesa dos direitos dos consumidores. Após as palestras, os alunos participaram de uma visita guiada às instalações do Procon.

Estudantes da Uninovafapi realizam visita técnica ao Ministério Público



Na manhã de sexta-feira, 17 de maio, estudantes do curso de graduação em Direito do Centro Universitário Uninovafapi realizaram uma visita técnica ao Ministério Público do Piauí (MPPI). Eles foram recepcionados pela equipe do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (Ceaf), que organizou o evento.

Durante a visita, os alunos assistiram a uma palestra da promotora de Justiça Ana Isabel Dias, integrante da Corregedoria-Geral do MPPI. A palestra ocorreu no auditório do edifício-sede do MPPI, em Teresina, e abordou o Ministério Público, sua organização, estrutura e a carreira dos membros da instituição. Acompanhados pelos professores Ionaldo Mesquita, Dione Alcântara e Viviane Rios, os estudantes puderam enriquecer seus conhecimentos sobre a atuação do MPPI.

Visita de alunos de psicologia da Faculdade Estácio ao Ministério Público do Piauí

Na manhã de 09 de outubro, 45 alunos da disciplina de Psicologia Jurídica da Faculdade Estácio visitaram o Ministério Público do Piauí (MPPI). A recepção aos estudantes aconteceu no Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (Ceaf), localizado na sede do MPPI, na zona leste de Teresina. A diretora-geral do Ceaf, Teresinha Borges, e a analista ministerial de psicologia do MPPI, Liandra Nogueira, deram as boas-vindas aos alunos.



O objetivo da visita foi proporcionar aos estudantes uma compreensão prática da psicologia jurídica, com foco na atuação do psicólogo dentro do Ministério Público. Durante o encontro, os alunos conheceram o trabalho realizado pelos psicólogos do MPPI, a trajetória da criação da Assessoria Técnica de Psicologia na instituição e as atribuições do psicólogo no Ministério Público.

A relevância social dessa atuação e suas contribuições à Justiça também foram abordadas. Além disso, questões éticas relacionadas à profissão e à psicologia enquanto ciência foram discutidas. A visita ofereceu aos alunos uma oportunidade valiosa para entenderem a importância do psicólogo no sistema jurídico e como sua atuação pode ter um impacto positivo na sociedade.

MPPI recebe alunos do curso de Direito em visita técnica à sede do Procon



Na quarta-feira, 23 de outubro, o Ministério Público do Piauí recebeu os alunos do 5º período do curso de Direito do Centro Universitário Santo Agostinho (UNIFSA) para uma visita técnica à sede do Procon. Durante a visita, foi ministrada a palestra "20 anos Procon/MPPI", em parceria com o CEAF, abordando a defesa dos direitos do consumidor piauiense, com foco nos alunos da instituição visitante.

A palestra foi conduzida pelo Coordenador-Geral do Procon, Nivaldo Ribeiro, e pelos servidores Edivar Cruz Carvalho e Ricardo Alves Mendes de Moura. O professor e coordenador do curso de Direito da UNIFSA, Fabrício Carvalho, agradeceu ao MPPI pela parceria e reconheceu o trabalho realizado pelo Procon, que visa equilibrar as relações entre consumidores e fornecedores, além de elaborar e executar a política estadual de relações de consumo.

Estudantes da Faculdade Uninassau realizam visita técnica ao MPPI para conhecer o trabalho da instituição

Na quinta-feira, 24 de outubro, cerca de 80 estudantes do oitavo período do curso de Direito da Faculdade Uninassau realizaram uma visita técnica à sede do Ministério Público do Piauí (MPPI), localizada na zona leste de Teresina. Os alunos foram recepcionados no auditório do edifício da instituição, onde tiveram a oportunidade de conhecer mais sobre a estrutura e a atuação do MPPI.

A apresentação sobre o Ministério Público foi conduzida pela promotora de Justiça Ana Isabel Dias, membro auxiliar da Corregedoria-Geral do MPPI. Ela iniciou a exposição abordando a previsão constitucional do Ministério Público brasileiro, explicando a divisão do MP em ramos e unidades, e detalhando a composição do MP estadual.

Por fim, a promotora destacou a atuação dos membros da instituição, apresentando alguns dos projetos, ações e campanhas desenvolvidos pelo MPPI. Ela também enfatizou o trabalho dos grupos especiais, núcleos e centros de apoio, ressaltando a importância dessas iniciativas para o cumprimento das funções do Ministério Público.



PROCESSOS SELETIVOS

• 13º Processo Seletivo de Estagiários do MPPI

No domingo, 23 de junho, o Ministério Público do Piauí (MPPI) aplicou as provas do 13º Processo Seletivo de Estagiários. O exame ocorreu na Faculdade de Tecnologia de Teresina (CET), no bairro Pirajá, e foi realizado também nas cidades de Corrente, Floriano, Oeiras, Parnaíba, Picos e Piriipiri. Ao todo, 938 candidatos se inscreveram para a seleção. As vagas eram destinadas a estudantes de diversos cursos de graduação, como Administração, Direito, Psicologia e Engenharia Civil, de instituições públicas ou privadas de ensino superior.



A prova consistia em 50 questões objetivas de múltipla escolha, distribuídas entre 15 de Português, 10 de Legislação do Ministério Público e 25 de Conhecimentos Específicos. Os aprovados no processo seletivo iriam receber um salário-mínimo mensal, além de auxílio-transporte de R\$ 176,00. A jornada de trabalho seria das 8h às 13h, de segunda a sexta-feira. A convocação dos aprovados seria feita conforme a necessidade do MPPI, por meio de portaria do Procurador-Geral de Justiça.

O processo seletivo tem validade de um ano, com possibilidade de prorrogação por mais um ano, conforme o resultado da homologação no Diário Oficial do MPPI. A promotora de Justiça Cláudia Seabra, presidente da Comissão Organizadora, destacou que o processo foi realizado com rigor e transparência, visando selecionar bons candidatos e proporcionar uma valiosa oportunidade de aprendizado sobre as carreiras jurídicas no MPPI.



BIBLIOTECA

A Biblioteca "Procurador de Justiça Waldyr Silva Guimarães" está vinculada ao CEAJF/MPPI e foi criada para apoiar a atuação dos membros do MP, além de fornecer recursos de pesquisa e atualização para servidores, advogados, estudantes de direito e o público em geral. Seu principal objetivo é oferecer um espaço de acesso ao conhecimento jurídico, com ênfase na atuação do Ministério Público e nas questões relacionadas à justiça.

O nome da biblioteca homenageia Waldyr Silva Guimarães, procurador de justiça conhecido pelo seu compromisso com a promoção dos direitos fundamentais e a ética. Ao perpetuar seu legado, a biblioteca destaca a importância do procurador no fortalecimento do sistema jurídico e do Ministério Público no Piauí, refletindo seu papel no campo do direito público.

Os principais objetivos da biblioteca incluem apoiar a atuação dos membros do Ministério Público, promovendo o acesso a materiais bibliográficos e jurídicos, além de estimular a pesquisa jurídica entre estudantes, advogados e profissionais da área. Ela também disponibiliza informações atualizadas, como livros, periódicos e jurisprudências, visando contribuir para a qualificação profissional e o aprimoramento contínuo na área do direito.

A biblioteca conta com um acervo especializado em temas como direito constitucional, penal, civil, administrativo e processual, além de publicações focadas na atuação do Ministério Público. Ela oferece serviços de consulta e empréstimo de materiais, atendendo tanto membros do MP quanto o público geral, auxiliando em atividades acadêmicas e profissionais.

Além disso, a biblioteca disponibiliza um ambiente adequado para estudo e pesquisa, com infraestrutura necessária para a consulta ao acervo. Também realiza eventos, seminários e cursos voltados para o aprimoramento da prática jurídica, contribuindo para a formação contínua de profissionais do direito, especialmente aqueles vinculados ao Ministério Público.

A Biblioteca do Ministério Público do Estado do Piauí "Procurador de Justiça Waldyr Silva Guimarães", que é vinculada ao Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Institucional do Ministério Público do Estado do Piauí, foi criada através do Ato PGJ nº 525/2015 e seu Regimento Interno aprovado pelo Ato PGJ nº 661/2017.

O quadro funcional permanente da Biblioteca é composto por uma servidora. Eventualmente, um servidor formado em Biblioteconomia presta auxílio na parte técnica e administrativa para o quadro permanente, realiza o acompanhamento técnico da estagiária e realiza os procedimentos necessários para as compras e licitações da Biblioteca.

O acervo é composto de 1.202 livros, dos quais 698 adquiridos através de compra e 504 através de doação. A catalogação e registro dos livros são realizados pelo software livre Biblivre e o empréstimo é feito manualmente, através de um livro de empréstimos e pelo sistema Biblivre.



Plataforma Jusbrasil PRO

O Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional gerenciou projeto que resultou no acesso à Plataforma Jurídica de Pesquisas online JusBrasil PRO, com o serviço Doutrina, com a modalidade Pesquisa Avançada, com foco em repositórios de jurisprudências dos principais tribunais do Brasil e possibilidade de copiar, de forma ilimitada, ementas para citação de jurisprudências disponíveis na plataforma. A contratação possibilita até 200 acessos simultâneos, através de usuário e senha, a fim de atender às necessidades do Ministério Público do Estado do Piauí (MPPI).

O objetivo é auxiliar as atividades ministeriais de membros e assessores de Promotorias e Procuradorias de Justiça do Ministério Público do Estado do Piauí, servindo como uma ferramenta de busca e repositório de jurisprudência.

Durante o período de 2024 foi realizado um total de 84.593 buscas na plataforma pelos usuários do MPPI.



Funcionalidades mais consumidas:
(cópia/download)

Jurisprudência
19.813

Modelos
755

Doutrina
1.205



CONVÊNIOS E ACORDOS

Em 2024, o CEAF/MPPI consolidou e firmou importantes acordos de cooperação com diversas instituições, tanto com novas parcerias quanto com aquelas já estabelecidas nos anos anteriores. Esses convênios são fundamentais para proporcionar aos membros e servidores do MPPI o acesso a programas de capacitação, aperfeiçoamento e atualização contínuos, essenciais para o desenvolvimento das atividades institucionais e para o atendimento das demandas sociais em constante transformação.

A importância da celebração e manutenção desses acordos reside na ampliação das possibilidades de aprendizado e na criação de um ambiente de cooperação entre diferentes áreas do conhecimento jurídico e institucional. Tais parcerias permitem que os integrantes do MPPI acessem cursos, seminários e eventos especializados, enriquecendo sua formação e garantindo que estejam sempre atualizados em relação às melhores práticas e inovações do sistema de justiça. Além disso, essas colaborações promovem a troca de experiências, contribuindo para o aprimoramento da atuação do Ministério Público.

Os benefícios desses acordos são claros: eles fortalecem a capacitação dos integrantes do MPPI, permitindo que se mantenham bem preparados para enfrentar os desafios do exercício de suas funções. As parcerias também favorecem o desenvolvimento contínuo das competências necessárias para a prestação de um serviço público de excelência, alinhado com as necessidades da sociedade. A seguir, estão elencadas as instituições parceiras que contribuíram significativamente para o sucesso dessas iniciativas ao longo de 2024.

CONVÊNIOS ATIVOS ENTRE O CEAF/MPPI E OUTRAS INSTITUIÇÕES - 2024

ESCOLA SUPERIOR DO MPMA	Intercâmbio de informações científicas e técnicas na área da tecnologia da informação
ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO	Intercâmbio pedagógico
PUC - MINAS	20% de desconto sobre o valor das semestralidades dos cursos de graduação indicados no convênio; 15 % de desconto no valor de todos os cursos de pós-graduação lato sensu (especialização e MBA)
ESAPI (OAB)	20% de desconto em pós-graduação lato sensu, especializações, MBA's e cursos de capacitação da Instituição
TJPI/ EJUD	Intercâmbio de informações em cursos, palestras...
ALEPI	Concessão de bolsas integrais em turmas de pós-graduação (3 vagas em todos os cursos; exceto em mediação, que serão 4 vagas)
CDEMP	Ações conjuntas em capacitações

INSTITUTO RUI BARBOSA	Intercâmbio de informações
SENAC	10% membros, servidores e familiares (curso de formação profissional) NÃO: curso técnico, graduação, pós-graduação e EAD
SESC	Membros, servidores e familiares (Taxas Reduzidas)
ESDEPI (DEFENSORIA PÚBLICA)	Realização conjunta de programas e projetos de natureza técnica e acadêmica
iCEV	20% de desconto em cursos de pós-graduação para membros, servidores e parentes de 1º grau
CÂMARA MUNICIPAL DE TERESINA	Concessão de bolsas integrais em turmas de pós-graduação (3 vagas em todos os cursos; exceto em mediação, que serão 4 vagas)
UNISINOS	Mestrado e doutorado 30%/ profissional 15%/ pós-graduação 5%
PMPI	Intercâmbio de experiências educacionais e oportunizar uma maior acessibilidade a cursos de especialização e outras formas de capacitação aos integrantes das instituições partícipes.



CENTRO DE ESTUDOS E APERFEIÇOAMENTO FUNCIONAL – CEAFF/MPPI

 Rua Lindolfo Monteiro, 911, CEP 64049-440, Fátima, Teresina-PI

 Fone: (86) 2222-8136/8137

 WhatsApp: (86) 98153-6642

Aponte sua
câmera para o
QR Code e
acesse o site do
CEAFF/MPPI

